

COMISSÃO DA VERDADE NA UNIVERSIDADE: UM RELATO SOBRE O CASO DA COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (CV UFES).

Pedro Ernesto Fagundes¹

Resumo: No presente artigo serão discutidos alguns desdobramentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFes) e suas atividades no processo de recuperação da história da universidade. Com base em documentação inédita o artigo analisa um dos aspectos da ação repressiva do regime militar brasileiro nas Universidades, o funcionamento das Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI. A AESI/UFES funcionou entre 1971 e 1986 e teve como principal tarefa o monitoramento das atividades da comunidade universitária.

Palavras-chave: Comissão da Verdade; Universidade; Ditadura militar.

Abstract: This article discusses some unfoldings of the Truth Commission in Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFes) and its activities in the process of history of university. Based on original documents the article analyzes the operation of the Security and Information Special Accessories (AESI), agencies created by the Brazilian military regime in the Universities to perform repressive duties. The AESI/UFES operated from 1971 to 1983 and its task of monitoring the activities of the university community.

Keywords: Truth Commission; University; Military Dictatorship

1. Pedro Ernesto Fagundes é Doutor em História Social pela UFRJ. Desde 2010 atua como professor de História e Memória do Departamento de Arquivologia da UFES. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade (PPGHIS/UFES).

Os 50 anos do golpe militar no Brasil foram marcados por uma série de iniciativas no âmbito do direito à memória e à informação. Dentro da esfera institucional, a iniciativa mais significativa foi, depois de dois anos e sete meses de trabalho, a entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O Relatório Final – feito a partir de centenas de entrevistas, compilação de documentos e de inúmeras audiências públicas – representou o encerramento oficial dos trabalhos da CNV criada pela Lei nº 12528/11.

Realizada na Capital Federal, em 10 de dezembro de 2014, a cerimônia contou com a participação de diversos ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, parlamentares e da Presidente de República, Dilma Vana Roussef, fato que serviu para tornar o evento mais carregado de significados políticos. Na oportunidade, foi feita a entrega oficial do Relatório da CNV à Presidente Dilma – uma ex-militante da esquerda armada que foi presa, torturada e processada durante a ditadura militar.

O texto do Relatório Final da CNV é composto por 3 volumes, divididos em 18 capítulos, e mais 09 textos temáticos que tratam, entre outros, de graves violações aos direitos humanos de trabalhadores, estudantes, meios militares, homossexuais, povos indígenas, igrejas cristãs e camponeses.

122 Alguns setores da sociedade, em especial os militantes dos direitos humanos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos, apresentaram alguns questionamentos sobre o conteúdo do Relatório Final. Para esses setores, não ocorrem grandes “descobertas”, principalmente, sobre o destino dos chamados desaparecidos políticos, o número total de mortos durante a ditadura e, sobretudo, os responsáveis pelas “graves violações dos direitos humanos”².

Por outro lado, podemos destacar que a criação da CNV motivou o surgimento de diversas comissões da verdade específicas, entres estas, as comissões da verdade nas universidades. Espalhadas por todas as regiões do país e, em grande parte, articuladas com a CNV, as diversas comissões universitárias têm enfrentado situações diferentes em torno da efetivação de seus objetivos. No presente trabalho, apresentaremos as atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CV Ufes), que iniciou seus trabalhos em março de 2013, a partir da publicação da Portaria nº 478/13, da sua reitoria.

Inicialmente composta por 10 participantes, as primeiras tarefas da CV Ufes

2. Sobre algumas dessas críticas, ver: “Fundadora do Tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-tortura-nunca-mais-considera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml>>. Acessado em: Também: “Ex-presos políticos criticam ausência da vala de Perus no relatório da CNV”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-01/ex-presos-politicos-criticam-ausencia-da-vala-de-perus-no-relatorio>>. Acessado em: 28/06/2018.

estavam voltadas para o resgate do período da Ditadura Militar no *campus*. Dessa forma, esse foi o primeiro desafio: conhecer a memória da Ufes durante os chamados “anos de chumbo”. Tal atividade impôs uma série de interrogações, dentre as quais: Como a comunidade universitária lembrava do período da ditadura? Quais fatos estavam até então presentes na história institucional da universidade? Ainda existiriam os documentos sobre a repressão política na Ufes?

Sobre as duas primeiras questões uma referência fundamental é o livro *UFES: 40 anos de história*. Lançado em 1995, como parte das comemorações dos 40 anos da criação da universidade, a obra significou um esforço notável de seu autor, Ivantir Antonio Borgo (professor do Centro de Educação). Em relação ao contexto do lançamento da obra, é importante sublinhar alguns pontos: a) a ditadura militar havia acabado há apenas 10 anos; b) o SNI havia sido extinto apenas em 1990; c) os arquivos dos órgãos de repressão não estavam disponíveis para a pesquisa.

O autor, ao longo de quase 400 páginas, teve como objetivo principal apresentar os eventos mais relevantes que marcaram as diversas fases da trajetória da Universidade. Como ressaltamos há pouco, na época do lançamento do livro os documentos dos órgãos de informação e as memórias sobre a repressão não estavam disponíveis para pesquisa. Assim, as fontes privilegiadas no trabalho foram as Atas do Conselho Universitário, os Informativos Oficiais da Ufes e o Diário Oficial da União.

Como salienta o próprio autor na *Nota Explicativa*, o livro pretendia ser uma “[...] fonte de consulta para aqueles que, no futuro, se dedicarem a relatar e interpretar as diferentes etapas da evolução da Ufes”³. Nesse sentido, o livro *UFES: 40 anos de história*, muito pelos méritos do seu autor, converteu-se numa referência indispensável sobre a história institucional dessa Universidade.

Através das páginas da obra somos informados que a Ufes foi criada originalmente em 1954, através da Lei Estadual nº 806, de 05 de maio de 1954, ainda sob a denominação de Universidade do Espírito Santo (UES). Na época de sua criação, existiam, ainda como faculdades isoladas, as seguintes instituições: Escola de Música e Belas Artes; Faculdade de Direito; Escola Politécnica; Escola de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Odontologia; e Escola de Química Industrial e Farmácia.

Outro momento fundamental da história da instituição foi sua federalização, que aconteceu em 1961, durante o mandato do presidente Juscelino Kubitschek⁴. Em 1965, um decreto federal instituiu a obrigatoriedade da incorporação da palavra Federal em todas as instituições de ensino superior federais. Surgiu assim o nome e a sigla atuais

3. Nota Explicativa, em: BORG, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de História**. Vitória. EdUFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

4. Para mais informações, ver: BORG, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de História**. Vitória. EdUFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ainda na segunda metade da década de 1960, a Ufes foi palco de uma reforma universitária que modificou parte da sua estrutura administrativo-acadêmica.

Igualmente, o autor relata que os anos iniciais da década de 1970, conhecidos na esfera nacional como “Milagre Econômico Brasileiro”, foi marcado pelas seguintes ações de Modernização na Ufes: a expansão dos cursos de graduação; a inauguração do novo campus de Goiabeiras; a construção de novos prédios; o início do funcionamento de novos laboratórios; a abertura dos primeiros cursos de pós-graduação; a criação de novo *campi* no interior do estado, entre outras iniciativas.

Essa fase da universidade é apresentada no livro através de diversas fotografias, plantas arquitetônicas, extratos de atas etc. Momentos como o da aquisição do terreno, o das primeiras inaugurações e o do início do funcionamento do campus de Goiabeiras são destacados na obra como um marco na história da instituição. Tanto que, na edição de 1995, são apresentadas inúmeras fotos dos novos prédios, inclusive na contracapa do livro. O livro *UFES: 40 anos de história*, ainda hoje, é uma referência sobre a história da Ufes. Haja vista que em 2015, durante as comemorações dos 60 anos da universidade, o livro foi reeditado, inclusive em formato eletrônico.

Como dissemos, esse registro converte-se na “história oficial” da Ufes. Entretanto, mesmo sem a intenção do autor, o contexto da ditadura militar, nessa versão do livro *UFES: 40 anos de história*, é apresentado como a mais importante fase da universidade, com transformações nas áreas de infraestrutura, administrativa e acadêmica.

124

Esse tipo de interpretação aconteceu também em âmbito nacional. Como observa Reis Filho (2000, p. 9), os *anos de chumbo* também representaram *anos de ouro*. Entre 1969 e 1974, o país viveu um rápido processo de crescimento econômico e também um tempo de euforia marcado por grandes comemorações, como o tricampeonato mundial de futebol, em 1970; os 75 anos do cinema brasileiro, em 1971; e o Sesquicentenário da Independência, em 1972.

Sob o otimismo característico daquele momento, portanto, “anos de chumbo” se misturaram a “anos de ouro”, particularmente no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que nesse contexto buscou se apresentar ao país como uma ponte entre o passado que a “Revolução de 1964” suplantava e o futuro próspero que ela prometia aos brasileiros (CORDEIRO, 2009).

Nessa perspectiva, no quadro regional capixaba, essa memória positiva sobre a Ditadura Militar tem como argumento central os efeitos dos chamados Grande Projetos Industriais para a economia estadual⁵. Os Grandes Projetos Industriais começaram a

5. FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, V. A. . Grande projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política.. In: Pedro Ernesto Fagundes; Vitor Ângelo de Amorim; Ueber de

ser implementados no governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), num momento da história capixaba marcado por amplas mudanças em sua estrutura econômica.

Dessa forma, a modernização da Ufes e, sobretudo, seus efeitos para a sociedade capixaba são mais um dos elementos que caracterizariam essa nova fase de desenvolvimento capixaba. Contudo, no presente, partir do contato com as novas fontes pesquisadas pela CVUfes, podemos afirmar que essa fase da história da universidade teve outro traço fundamental: a repressão política. Durante esse período na Ufes, modernização e repressão política caminharam no mesmo ritmo.

Essa relação paralela entre ditadura e modernização não é exclusiva do Espírito Santo ou da Ufes. A coincidência entre modernização e autoritarismo foi uma das marcas do projeto, desenvolvido pelos militares, de crescimento do país, ou seja, essa época teve duas características básicas: foi conservadora e autoritária⁶. Basta verificar que, no mesmo período, houve um adensamento da atuação dos órgãos de informação em todo o país.

A pesquisa realizada sobre a universidade durante a ditadura militar permite constatar que, também na Ufes, durante essa época, houve igualmente uma centralização e adensamento do monitoramento e da repressão. Se inicialmente a realidade da comunidade universitária foi pontuada por um conjunto de iniciativas modernizadoras, paralelamente, num segundo momento – no mesmo contexto da modernização da universidade – houve um crescimento das ações que visaram criar um “filtro ideológico” no interior do campus.

Dessa forma, o presente artigo tem como fontes principais documentos de órgãos de repressão que monitoraram a comunidade universitária durante a ditadura militar e depoimentos de ex-estudantes da instituição. Ambos os acervos foram coletados pela Comissão da Verdade da Ufes (CVUfes). Contudo, antes de tratarmos das entrevistas, apresentaremos os fatos e acontecimentos relacionados à montagem do aparato repressivo no Brasil e sua efetiva atuação na Ufes.

O ambiente de paranoia anticomunista instalado no país, logo após o Golpe de 1964, justificou a estruturação de um amplo aparato repressivo no Brasil. O órgão mais emblemático, nesse aspecto, foi o Serviço Nacional de Informação (SNI). Nos anos seguintes ao Golpe, foram sendo criados outros órgãos com o objetivo de aprofundar esse sistema de vigilância, tais como as chamadas Divisões de Segurança e Informação

Oliveira. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura** (1964-1985).. 1ed.Vitória: GM Editora, 2014, v. 1, p. 140-164.

6. RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil - Estados Unidos. São Paulo: **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 30, n. 2, 2007, p. 167.

(DSI's)⁷.

Com objetivos mais específicos, as DSI's passaram a atuar no interior dos órgãos governamentais, inclusive, dos ministérios civis. As DSI's foram implantadas em inúmeros órgãos da estrutura estatal – ministérios civis, ministérios militares, autarquias, fundações e outros órgãos públicos, tais como: as Universidades. A DSI/MEC foi uma das maiores e mais atuantes.

Para assessorar as atividades de vigilância junto às DSI's, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), em toda a estrutura estatal, civil e militar. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de "comunistas" dentro de Ministérios e de outras repartições públicas⁸.

Rodrigo Patto Sá Motta salienta que, em âmbito nacional, foram criadas AESI's em 33 universidades brasileiras⁹. O objetivo principal desses órgãos era espionar as atividades da comunidade universitária, investigando e levantando informações de docentes, técnicos administrativos e discentes que tivessem uma postura política contrária ao governo ditatorial e, de maneira geral, eram rotulados de "comunistas" ou "subversivos".

Assim, a montagem do aparato repressivo nas universidades foi marcada pelas seguintes ações: a) criação do DSI/MEC, em 1968; b) entrada em vigor, em 1969, do Decreto 477; c) o ponto culminante da estruturação desse aparato ocorreu em 1971, pois, foi essa a data do início do funcionamento das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI's). Importante destacar que na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) a AESI funcionou entre 1971 e 1986.

A AESI/Ufes funcionou com essa nomenclatura até 1983. Nesse ano, seus documentos e funcionários teriam sido transferidos para a Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e Cultura – ASI/DEMEC/ES. Contudo, em agosto de 1986, o MEC editou a portaria nº 576, de 05/08/1986, extinguindo as AESI ainda existentes nas universidades brasileiras. (MOTTA, 2008, p. 58).

Como citamos, outro instrumento do Governo Militar para arrefecer os protestos estudantis e silenciar a comunidade acadêmica foi a criação de um suporte jurídico específico para o setor: o Decreto nº 477, de 28 de fevereiro de 1969. O Decreto 477, como ficou conhecido entre os estudantes, previa entre seus artigos a demissão de

7. Para maiores informações sobre o SNI e as DSI's, ver em: ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

8. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 16, p.44.

9. Para maiores informações sobre a criação das AESI durante o regime, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

funcionários e a proibição de matrícula, durante três anos, para os discentes tipificados como “subversivos”.

Inicialmente, buscando responder a interrogação sobre o paradeiro do acervo documental, as atividades da CVUfes concentraram seus esforços numa ampla busca por documentos desse órgão de informação em todos os centros da universidade. Assim, em parceria com o Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Espírito Santo (*Siarq-Ufes*), foram descobertos conjuntos documentais da AESI/Ufes no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), no Centro Tecnológico (CT) e no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).

No momento, sabe-se que a AESI/Ufes iniciou seus trabalhos entre julho e agosto de 1971, haja vista que o documento mais antigo até agora encontrado é o ofício nº 02/71, AESI/Ufes, que data de 17 de agosto de 1971, portanto, durante a gestão do ex-reitor Máximo Borgo Filho – de 15 jul. 1971 a 16 jul. 1975. Na documentação levantada pela CVUfes, foram encontrados vários documentos que tratam do levantamento de informações, principalmente, sobre as práticas políticas por parte de estudantes e professores. Assim, foram realizadas buscas em inúmeros locais da Ufes, tais como banheiros desativados (que haviam sido convertidos em “arquivos”, no prédio da Reitoria), almoxarifados, embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio de esportes do Centro de Educação Física.

127

O conjunto documental recuperado aponta que a prática repressiva no interior da universidade teve como alvos principais estudantes, professores e funcionários. Esses documentos, na maioria dos casos, tratam da vigilância dos militantes estudantis, da abertura de inquéritos contra professores e funcionários, confisco de material e documentos, prisões etc. Toda essa busca permitiu que, até março de 2015, fossem recuperadas 1.400 páginas de documentos em quase todos os centros da universidade. No momento, esse conjunto documental está em processo de tratamento, descrição e digitalização, tarefa realizada por discentes dos departamentos de Arquivologia e História, sob a orientação da CVUfes.

O que podemos constatar é que o trabalho da AESI não se restringiu apenas à vigilância dos grupos considerados “inimigos da ordem”, em especial os militantes estudantis. A partir da pesquisa, foi possível verificar que a AESI/Ufes procurou interferir em toda a rotina acadêmico-administrativa da universidade de inúmeras formas, entre elas: na vigilância da contratação de professores, na expulsão de estudantes, na aquisição de livros, nas cerimônias de formatura, nas autorizações para viagens de campo, no intercâmbio com outras instituições de ensino, enfim, a chamada autonomia universitária, questão central da universidade, foi afetada a partir das restrições, vetos

e proibições desse órgão.

O funcionamento da AESI/Ufes significou o estabelecimento de práticas rotineiras de invasão da intimidade dos integrantes da comunidade universitária. Representou, ainda, uma interferência direta de um órgão de informação no cotidiano da universidade. Dessa forma, a violência, a suspensão, a desconfiança, o sigilo e o silêncio passaram a compor o cotidiano da comunidade universitária.

Especificamente na Ufes, outro reflexo da criação da AESI foi o adensamento de casos de prisões e tortura de estudantes, sobretudo, entre os anos de 1971 e 1974. Buscando informações sobre esses casos, foram realizadas, até março de 2015, quinze entrevistas com ex-estudantes e ex-professores da Ufes. Todos os depoimentos foram registrados (gravados e filmados) pela equipe do Núcleo de Ensino a Distância da Ufes (NEAD/Ufes). Posteriormente, foi realizada a transcrição dos áudios.

Nesse mesmo sentido, dentro das atividades de entrevistas, foram realizadas três Audiências Públicas com alguns ex-estudantes da universidade atingidos pela repressão. No geral, os relatos apresentados pelas depoentes apresentam informações sobre perseguições, prisões, processos e demissões de professores, alunos e funcionários. Nesses depoimentos, também surgiram lembranças traumáticas de torturas sofridas na época, principalmente, entre os anos de 1971 e 1973. Esses relatos surgiram, principalmente, durante as audiências públicas realizadas pela CVUfes.

128

Essas audiências públicas ocorreram entre abril e outubro de 2014 e foram realizadas nas dependências da Sala dos Conselhos Superiores da Ufes, um dos espaços mais importantes da universidade, e contou com um público formado, majoritariamente, por discentes. Em geral, todos os depoentes dividiram com o público histórias sobre prisões, torturas e perseguições, enfim, relatos dos mais traumáticos sobre essa realidade, até então pouco conhecida para a maioria da comunidade universitária.

Dessa forma, foram apresentados os episódios mais chocantes, sobretudo contra as ex-militantes estudantis. Foram compartilhados relatos sobre o emprego dos métodos mais violentos da repressão, tais como ameaças de estupro, abortos causados por tortura física, utilização de cobras e cães como forma de intimidação, ofensas sobre a moral das ex-estudantes, ameaças de morte e a obrigação de permanecerem nuas durante os interrogatórios.

As fontes analisadas apontam para duas questões fundamentais sobre a utilização das dependências do 38º Batalhão de Infantaria – mais conhecido como 38º BI, dependência do Exército localizada em Vila Velha, cidade da região da Grande Vitória. Primeiro, que esse espaço, principalmente entre 1964 e 1973, foi o principal centro de tortura no Estado do Espírito Santo. Segundo que, ali, foram empregadas as seguintes técnicas de tortura: privação de sono, privação de alimentos e água, simulação

de fuzilamento, choques elétricos, espancamento, violência sexual, confinamento em espaços sem luz e utilização de animais (cobra e cachorros) na tortura.

O Relatório Final da CVUfes – a partir da análise dos documentos e dos depoimentos – procurou reconstruir os principais episódios de violações dos direitos humanos que atingiu especificamente setores da Universidade ocorridas no período da ditadura militar. Dentre as inúmeras violações de direitos humanos narrados, destacam-se: graves torturas físicas e psicológicas; prisões ilegais; enquadramento na legislação repressiva (Atos Institucionais, Lei de Segurança Nacional, Decreto N° 477, etc.); invasão e fechamento da sede do DCE/Ufes; censura e violação de comunicações; vigilância, controle e perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa; restrições à liberdade de reunião, de manifestação política, de funcionamento das entidades estudantis, de ideias e de organização.

Após quase três anos de pesquisa, em 31 de março de 2017, a CVUFES encerrou oficialmente seus trabalhos. Na ocasião foi realizada uma cerimônia para entrega do Relatório final. A publicação, em formato impresso e digital, apresentou em suas 189 páginas os principais acontecimentos repressivos da universidade durante a Ditadura Militar.

Na parte do Relatório Final referente às “Conclusões e recomendações” destaca-se a apresentação das graves violações dos direitos humanos que ocorrem na Ufes, entre elas: graves torturas físicas e psicológicas; prisões ilegais; enquadramento na legislação repressiva (Atos Institucionais, Lei de Segurança Nacional, Decreto 477, etc.); invasão e fechamento da sede do DCE/UFES e de outras entidades estudantis; perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa, restrições à liberdade de reunião, de manifestação política, de funcionamento das entidades estudantis, de ideias e de organização.

Outra constatação foi sobre os episódios de interferência direta e indireta na autonomia universitária durante esse período, inclusive, na escolha dos reitores. Da mesma forma, entre os integrantes da comunidade universitária, foram as militantes estudantis os alvos preferenciais, ou seja, as mulheres sofreram os mais violentos e graves efeitos da repressão política que atingiu a UFES.

Considerações finais

Com base em todas essas informações, inéditas em sua maioria, o texto do

Relatório Final da CVUfes enfatizou que a repressão política foi um dos alicerces do projeto de hegemonia do grupo político que assumiu o poder pós-1964, inclusive no que tange ao planejamento e à efetiva implementação de um projeto de universidade. Dessa forma, podemos compreender o papel estratégico das universidades na construção do ideal do “Brasil Grande”, elaborado pelo Regime Militar, e, paralelamente, a centralidade do monitoramento dentro das instituições de ensino superior. Nesse cenário, a repressão serviu como uma “barreira político-ideológico” no *campus*.

Com relação a essa situação, podemos afirmar que, depois do trabalho da CVUfes, a história desta universidade poderá ser contada também a partir da repressão política, que aconteceu durante a ditadura militar. Ou seja, a partir da leitura do Relatório Final, foi possível registrar momentos fundamentais da Ufes, até então desconhecidos pela maioria da comunidade universitária e da sociedade capixaba.

No presente, a leitura do Relatório Final da CVUfes permite indicar que a memória do período da ditadura militar e, principalmente, seus reflexos na universidade são marcados por um conjunto de interpretações diferentes a respeito de um mesmo acontecimento. Segundo Maurice Halbwachs, toda memória é fruto de uma construção coletiva que permite a reconstrução do passado no presente. Ainda no campo de estudo da memória, outra importante colaboração foi a de Michel Pollok, que em seu trabalho aponta a existência de um caráter seletivo e heterogêneo da memória que acabam atribuindo significados e sentidos específicos ao mesmo contexto histórico. Assim, existiria uma disputa entre uma memória oficial e uma memória subterrânea em torno da elaboração da lembrança e do esquecimento, a respeito do mesmo passado.

Assim, uma questão fundamental concernente ao Relatório CVUfes é que, concretamente, esse documento oferece outra visão sobre o período da ditadura militar e seus desdobramentos na universidade. Basta recordar que a Ufes comemorou recentemente 60 anos, 21 destes passados na ditadura militar. Então, 1/3 da história da Universidade se deu no período ditatorial. Podemos afirmar que a contribuição do trabalho da CVUfes foi recuperar as memórias subterrâneas dos setores que foram atingidos pela repressão política e, sobretudo, resgatar os documentos até então inacessíveis, colaborando para registrar as experiências dos personagens que resistiram à ditadura militar na Ufes.

O Relatório Final da CVUfes apresenta para a comunidade universitária a possibilidade de reencontrar, contar, enfim, conhecer episódios que ocorreram na Ufes durante a ditadura militar (1964-1985). Para além da questão da efeméride dos 50 anos de Golpe de 1964, o Relatório da CVUfes permite que a sociedade revise esse período da história da universidade a partir do conjunto documental e dos testemunhos coletados. Esse reencontro poderá contribuir para a superação da cultura do silêncio

e do sigilo que ainda assombra nossa sociedade. Possibilitando, através do direito à informação e do direito à memória, a efetiva consolidação da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

- BORGIO, Ivanir Antonio. **UFES: 40 anos de História**. Vitória. EdUfes/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, V. A. Grande projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: Pedro Ernesto Fagundes; Vitor Angelo de Amorim; Ueber de Oliveira. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. 1ed. Vitória: GM Editora, 2014, v. 1, p. 140-164.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Incômoda Memória**: os arquivos das ASI universitárias. Rio de Janeiro: Revista Acervo, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil - Estados Unidos. São Paulo: **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 30, n. 2, 2007, p. 167.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Vitória: No prelo.